

FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO¹

José Luís SANFELICE²

Resumo

O presente texto faz alguns apontamentos sobre o processo de globalização do modo-de-produção capitalista. Refere-se às Agências multilaterais que induzem reformas nas políticas educacionais dos Estados nacionais. Destaca o avanço do ideário das Agências nos temas relacionados à formação docente. Resulta, do constatado, o desafio para que se reflita sobre as possibilidades do magistério e seus significados na sociedade contemporânea em mutação, mas na essência, a mesma.

Palavras-chave: Globalização; Política educacional; Formação docente; Magistério.

Nos dias de hoje, amplia-se, de forma considerável, a atenção dos estudiosos e pesquisadores preocupados em entender e dimensionar o conjunto de transformações globais que o modo-de-produção capitalista vem implementando. As mudanças são, por todos os lados e, em várias dimensões, tão profundas que não há ser humano que não se sinta atingido por elas. Na essência, as sociedades capitalistas continuam sendo o que sempre foram, ou seja: sociedades nas quais, o capital explora o trabalho; sociedades que defendem com unhas e dentes a propriedade privada dos meios de produção; sociedades que geram riquezas por meio do trabalho social de muitos, mas que são apropriadas por poucos; sociedades de elevado consumo e de profundas desigualdades.

Sempre reproduzindo a mesma essência, as sociedades capitalistas

¹ Síntese da palestra proferida no evento FEA LIVRE – VI Semana Acadêmica Cultural, realizada na Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba – FAC-FEA, em 14/10/2010.

² Professor titular em História da Educação na FE/UNICAMP. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR. histedbr.fae.unicamp.br - e.mail: sanfelice00@hotmail.com

são impelidas às novas conjunturas que avivem as chances da própria manutenção. E, de crise em crise, o modo-de-produção capitalista alonga sua permanência, fadada a se exaurir um dia.

A mais recente conjuntura das sociedades capitalistas, vivenciada nas últimas décadas, vem sendo apontada pelo vocábulo globalização. Muito já se escreveu e ainda se escreve sobre globalização. O que é ela? Quanto mudou o mundo das sociedades capitalistas? Como as pessoas são afetadas? O que acontece com o mundo do trabalho? Quem ganha e quem perde com a globalização? De que maneira os Estados nacionais se comportam? A educação é atingida?

As várias definições da globalização são controvertidas e há também os críticos ao uso da palavra. Um dicionário chega a recomendar que, por globalização, devemos entender muito mais do que as suas dimensões econômicas, culturais e políticas, para visualizá-la “como um processo de transformação social no mais amplo sentido possível”³.

I

As políticas de formação de professores desenvolveram-se nas últimas décadas, desde os anos 60, e ganharam relevância, em especial nos anos 90. No transcorrer da globalização, os estados nacionais promoveram suas reformas – Reforma do Estado – de tal modo, a se adaptarem às novas exigências econômicas. As reformas implementaram velhas/novas políticas sociais em detrimento, quase sempre, de ganhos anteriores das classes trabalhadoras. A educação também passou a ser focada em nível mundial e se viu lembrada nos grandes fóruns internacionais: ONU, UNESCO, OIT, FMI, por exemplo⁴.

Em 1966 a UNESCO, juntamente com a OIT, convocaram a Conferência Intergovernamental Especial sobre a Situação dos docentes dos Países Membros. Do referido evento herdou-se o documento “Recomendação relativa à situação do pessoal docente” com amplas “diretrizes sobre política de educação, planos de estudo, formação docente, emprego, condições de trabalho, e participação dos professores na tomada de decisões” (RODRIGUEZ e VARGAS, 2008, p. 39-40). Além

³ Cf. OUTHWHITE & BOTTOMORE, 1996.

⁴ Cf. SILVA JR., 2002 e SANFELICE, 2008.

do reconhecimento do papel dos docentes na educação, na formação das pessoas e na sociedade como um todo, propôs-se um detalhado programa de formação geral, integral, técnico-pedagógico, continuada e gratuita.

No Brasil, a ditadura civil-militar imposta pelo denominado Movimento de 64, fez reformas educacionais que atendiam objetivos da internacionalização da economia. O ensino superior foi reorganizado pela Lei 5540/68, e a Lei 5692/71 modificou os antigos ensino primário e médio, agora denominados de primeiro e segundo graus. Desapareceram as Escolas Normais, de formação de docentes e se instituiu a Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM), dispersa entre outras.

As mudanças econômicas mundiais se aceleraram e muitas perdas de direitos nos estados de bem-estar se configuraram. Nas ditaduras semeadas pela América Latina, nem os direitos humanos essenciais eram respeitados.

II

Nos anos 80, com o crescimento da influência dos neoliberais⁵ em muitos governos, a prioridade da política econômica passou a ser o investimento em infra-estrutura, para garantir a ampliação dos ganhos do capital. O mundo capitalista deixou de ter a concorrência dos países socialistas em derrocada, e se sentiu mais liberado para ampliar a sua lógica de funcionamento, onde quer que fosse. Os países periféricos da globalização passaram a ser monitorados pelo Banco Mundial que, emprestando dinheiro para que pagassem suas dívidas, exigia cortes nos gastos sociais, especialmente da saúde e educação. Foram tempos de privatização dos serviços públicos, de ampliação do desemprego estrutural e de flexibilização do trabalho. A lógica de mercado tornou-se soberana nas mais diferentes instâncias das sociedades afetadas e muita pobreza passou a se constituir no cotidiano de milhões de seres humanos. A globalização demonstrava que nem todas as sociedades ganhariam algo de bom com ela.

A dramaticidade dos problemas relacionados à educação em muitos países, acabou se refletindo nas Agências e nos eventos internacionais. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em

⁵ Cf. CORRÊA, 2000.

Jontien – Tailândia, é um exemplo. Do documento *Declaração Mundial e um Marco de Ação*, assinado por 155 países, surgiam políticas educativas relacionadas à educação básica e às questões docentes.

Em 1996, em Genebra, a 45ª Reunião da Conferência Internacional de Educação, patrocinada pela UNESCO e destinada a Ministros de Educação, o tema central dedicou-se ao papel dos docentes em um mundo em processo de mudança. Pouco antes, os Ministros de Educação da América Latina e do Caribe, reunidos em Kingston, Jamaica, elaboraram o documento *Educação, Democracia, Paz e Desenvolvimento* com várias recomendações relacionadas aos docentes. Em 1997 e 2000, OIT/UNESCO fizeram também suas manifestações voltadas aos docentes do ensino superior.

Sintetizando as temáticas das Agências e dos fóruns internacionais, pode-se dizer que são as seguintes: formas de contratação e carreira dos docentes; participação nas decisões; formação; a situação da mulher docente; a deterioração do trabalho; profissionalização; formação permanente; desempenho; salário; imagem social; formação em serviço, dentre outras.

Documentos resultantes de novos eventos regionais ou internacionais continuaram sendo produzidos e destacando o papel dos docentes no sucesso das reformas educativas promovidas pelos Estados. Apenas menciono alguns deles: encontro de Santo Domingo, 2000, com a participação da América Latina, Caribe e América do Norte e que produziu o documento *Educação para todos nas Américas. Marco da Ação Regional*, assinalando o comprometimento dos Estados em melhorar as condições de profissionalização dos professores.

Ainda em 2000, o Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, Senegal, que avaliou o cumprimento das metas estabelecidas em Jontien, e estabeleceu novos alvos até o ano de 2015, destacou a necessidade de melhorar as condições sociais, o ânimo e a competência profissional dos docentes, bem como a formação de qualidade.

Na Primeira Reunião Internacional do Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe – Havana, 2002 –, a *Declaração de Havana* propõe que o lugar de formação de professores é a Universidade.⁶

⁶ Cf. RODRIGUEZ & VARGAS, 2008.

Em estudo bem acurado, BEECH (2008), demonstra a influência que as Agências, com seus fóruns regionais ou mundiais e os documentos neles produzidos tiveram sobre as reformas da formação docente na Argentina e no Brasil. A visão de mundo e o ideário dos reformadores e governos locais espelham o que elas impingem quase que mundialmente.

O autor citado lembra que, dentre os pressupostos da visão universalizada, um deles é a afirmação de que os docentes devem ser flexíveis e adaptáveis. Os docentes devem aprender a adaptarem-se às mudanças permanentes no currículo e nos métodos. Como a atual formação do docente não o prepara para tanto, nem para acompanhar a evolução permanente do conhecimento, faz-se necessária a formação continuada para que ele tenha autonomia e seja responsável pelo seu trabalho. Também não lhe pode faltar a criatividade, para que se constitua em um guia do aluno que constrói o seu próprio conhecimento. É necessário que saiba trabalhar em equipe e que sua formação tenha sido prática.

Também nas políticas educativas gerais, o Brasil reflete aquilo que as Agências tornaram orientações hegemônicas: descentralização, autonomia da escola, currículo baseado em competências, sistemas centrais de avaliação de resultados e a profissionalização dos docentes.

É possível observar que se disseminou uma crítica generalizada à formação docente que vinha sendo praticada. A proposta agora, de uma formação docente permanente, o responsabiliza por obtê-la. Acrescenta também a idéia que o obriga a estabelecer vínculos com a comunidade e se tornar o responsável pela aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles de menor rendimento.

Beech (2008) se mostra surpreso com a legitimação que as propostas das Agências receberam por aqui e, posso acrescentar, tornaram-se absolutamente hegemônicas⁷. Dentre outros aspectos, a legitimação e a hegemonia do ideário das Agências na nossa legislação, tornam quase inviável que se pense possibilidades diferentes para a educação, para a formação docente e para a sociedade. Obteve-se, de forma até subliminar, um consenso.

Traduzo a seguir, de forma livre, a principal crítica de Beech (2008, p 78) às propostas das Agências e com a qual concordo:

⁷ Cf. NEVES, 2005.

A crítica fundamental que se pode fazer às propostas das agências internacionais se centra na idéia de que um modelo universal de educação pode ser promovido como solução da maioria dos problemas educativos em quase todos os contextos do mundo. O suposto que está implícito na idéia é que a educação pode ser entendida como um aspecto independente da realidade social e que, portanto, as soluções educativas podem se transferir de um contexto a outro, sem maiores problemas.

Na prática, as propostas universais acabam por ignorar as especificidades regionais e/ou locais, as reinterpretações dos discursos, as resistências e a base material para a qual deveriam se voltar. Os resultados esperados podem não ser alcançados e também, às vezes, provocam desastres.

Mais recentemente, percebe-se que os docentes em formação ou em ação no “chão da escola” estão lançados à própria sorte. A maioria dos que se encontra em formação, frequenta escolas privadas e, portanto, precisa arcar com todos os custos da empreitada. A qualidade básica da formação geral ou específica é um nó a ser desatado. Quem está em ação é induzido a prover sua formação continuada/permanente e viver sob a ameaça dos novos sistemas de avaliação que impactam também os proventos, hoje, se não aviltantes, pelo menos muito inferiores às profissões equivalentes.

A complexa situação dos profissionais docentes nos dias de hoje, quando os níveis escolares inferiores vem se universalizando, é bastante delicada. Pesam sobre eles inúmeras críticas e verdadeiras campanhas midiáticas de desabono. As relações com os poderes públicos ou privados – setor onde reina a educação mercantil – são difíceis no que diz respeito a planos de carreira, salários e condições de trabalho. Mais difíceis ainda a cada dia, por conta da pouca mobilização da própria categoria. O encontro dos docentes com os alunos em sala de aula ou com as famílias em outras atividades não está sendo, exatamente, a convivência de um paraíso.

O desafio atual é discutir as questões candentes para que a reflexão coletiva vislumbre as possibilidades do magistério e seus significados na

sociedade contemporânea em mutação, mas na essência, ainda a mesma⁸.

Referências

BEECH, J. Alta fidelidad: la influencia de las Agencias internacionales en las Reformas de formación docente en Argentina y Brasil en los 90. In: RODRÍGUEZ, M. V. & ALMEIDA, M. de L. P. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora: UCD; 2008, p. 57-83.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação – CONAE. Documento Final. Brasília, 2010. Disponível em: <Conae. mec.gov.br>.

CORRÊA, V. **Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?** Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

NEVES, L. M. W. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

RODRÍGUEZ, M. V. & ALMEIDA, M. de L. P. (orgs.) **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008.

RODRÍGUEZ, M. V. ; VARGAS, M. B. A formação dos professores na América Latina: um balanço dos debates nos fóruns internacionais 1966-2002. In: RODRÍGUEZ, M. V. ; ALMEIDA, M. de L. P. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008, p. 37-56.

SANFELICE, J. L. Transformações no estado nação e impactos na

⁸ Recomendo enfaticamente a leitura do Documento final do CONAE, 2010, em especial o Eixo IV – Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação.

educação. In: LUCENA, C. (org.) **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 64-83.

SILVA JR., J. dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação**: no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.